



SÍNTESE DOS WORKSHOPS

REALIZADO EM LUANDA DE 10 Á 12 DE ABRIL NO HCTA

FACILITADOR PRINCIPAL RAY KENNEDY, CONSULTOR INTERNACIONAL PELO UNDP,
CO-FACILITADOR LUÍS JIMBO (DIRECTOR EXECUTIVO DO IASED)



Juntos Promovendo a Democracia,
Justiça e a Cidadania

TABELA DE CONTEÚDOS

Introdução dos Objectivos e Resultados	3
As principais questões levantada pelos presentes foram:	4
Das contribuições do facilitador	5
As principais questões levantadas pelos presentes foram:	7
Das contribuições do facilitador	8
Das contribuições do Representante do MATRE	10
Sobre Planificação Estratégica Eleitoral	11
<i>(Análise de Forças, Oportunidades Fraquezas e Ameaças (FOFA) para promover maior transparência, credibilidade e inclusão dos Actores Chaves nos processos eleitoral angolanos</i>	11
FOFA - Organizações da Sociedade Civil Angolanas.....	11
Sobre Planificação Estratégica Eleitoral	12
<i>(Análise de Forças, Oportunidades Fraquezas e Ameaças (FOFA) para promover maior transparência, credibilidade e inclusão dos Actores Chaves nos processos eleitoral angolanos</i>	12
FOFA - Partidos Políticos.....	12
Sobre Planificação Estratégica Eleitoral	13
<i>(Análise de Forças, Oportunidades Fraquezas e Ameaças (FOFA) para promover maior transparência, credibilidade e inclusão dos Actores Chaves nos processos eleitoral angolanos</i>	13
FOFA - Órgão Legisladores e Executivo	13
Sobre a Organização do Workshop e os Participantes.....	14
Avaliação do Workshop pelos Participantes.....	14

INTRODUÇÃO DOS OBJECTIVOS E RESULTADOS

No âmbito das recomendações identificados durante a missão de observação das Eleições Gerais de 2017 pelo Observatório Eleitoral Angolano (OBEA), e das tarefas pós-eleitoral, esta previsto até Dezembro de 2019, a implementação do presente projecto que como objectivos gerais visa contribuir para o (i) reforço das condições de realização de eleições transparentes e credíveis e (ii) reforçar o ambiente e condições da gestão dos processos eleitoral e dos mecanismos da disputa eleitoral.

Os três Workshops Temáticos Eleitoral realizados nos dia 10, 11 e 12 de Abril/19, foram adaptados como sessões de diálogo entre actores eleitorais chaves (partidos políticos, parlamento, Executivo, sociedade civil e CNE) sobre sistemas eleitorais, órgãos de gestão eleitoral e planificação estratégica eleitoral; no âmbito das responsabilidades de cada actor e das suas próprias tarefas no “sistema” de gestão dos processos eleitorais. Estas sessões criaram ambientes de discussões que permitiram os diferentes actores partilharem as suas experiências e preocupações, fora de um ambiente de competição propriamente dos processo eleitoral; e obtiveram adiconamentos e subsídios nas propostas de soluções através do Facilitador principal, especialistas internacional sobre eleições, com a relevância das experiências e práticas em outros países, e de todos os continentes.

Desta forma, os diferentes actores presentes no Workshops Temáticos Eleitorais apropriaram-se de um conjuntos de possíveis opções, medidas ou soluções alternativas, de carácter eleitoral técnico-profissional, que visam contribuir positivamente aos desafios identificados no contexto de Angola para melhor os mecanismos da transparência dos processos eleitoral e elevar aceitação e credibilidade na percepção dos principais actores eleitorais, e fundamentalmente, do cidadão eleitor e da sociedade no geral.

Finalmente, aproveitamos esta ocasião para agradecer o Sr. Ray Kennedy (PhD), na qualidade de facilitador principal dos Workshops Temáticos Eleitoral pela sua abdicação e partilha do conhecimento; e os Srs. Henriky Larsen, Representante Residente do UNDP-Angola, e Zeferino Teka, Especialista de Programas do UNDP-Angola, pela parceria e trabalho conjunto durante a preparação e realização dos Workshops Temáticos Eleitoral.

Outrossim, reiteramos os nossos profundos agradecimentos e elevada consideração a Vice-Presidência do MPLA, a Presidência da UNITA, ao Presidente da CNE, aos Presidentes da 1ª e da 4ª Comissão da Assembleia Nacional, ao Ministro do MATRE, aos Líderes das ONG associadas ao OBEA em Luanda, Benguela e Huíla, e aos Líderes cívicos em Luanda, pela anuência e atenção manifestada durante os encontros de preparação mantido com a equipa de Facilitadores do Workshop Temático Eleitoral, cujas anotações e recomendações saídas daqueles encontros foi fundamental para orientação dos objectivos e resultados do Workshop Temático Eleitoral.

Atenciosamente;

Luís Jimbo

Director Executivo do IASED

Coordenador do OBEA

Facilitador BRIDGE

SOBRE SISTEMAS ELEITORAIS;

AS PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS PELOS PRESENTES FORAM:

- 1.1. A Constituição estabelece o sistema de maioria da eleição do PR, como cabeça de lista pelo ciclo nacional, do PP ou Coligação de PP candidatos ao Parlamento, é uma eleição directa, porque o eleitor identifica o candidato, mas pelo contrário, é também um a liberdade de escolha do eleitor para eleger um candidato ao lugar PR diferente do PP ou Coligação de PP candidato ao Parlamento. Essa discussão necessariamente passa em falar da alteração ou não da Constituição.
- 1.2. A Fórmula de distribuição de lugares no Parlamento, pelo Método D'Hondt no actual sistema de representação proporcional, favorece os partidos maioritários que tem vindo a contribuir directamente na exclusão de Partidos políticos minoritários nos ciclos eleitorais, associado ao facto de que ainda é elevado o nível de analfabetismo e baixo nível de educação cívica;
- 1.3. Quem deve escolher o sistema eleitoral de um país?
- 1.4. Os Líderes políticos africanos nos processos eleitorais nunca estão dispostos a aceitação de perder, nos contextos pós-eleitoral há continuamente a discussão das disputas e da contestação eleitoral.
- 1.5. Os cidadãos no geral e as mulheres em particular no nosso contexto que é a maioria da população podem ter mais voz nas decisões políticas, principalmente, incluindo-as nos processos de tomada de decisão das questões públicas a nível local;
- 1.6. Outras perguntas e comentários giraram em torno de vantagens e desvantagens dos sistemas maioritários e proporcionais; sobre a falta de voto secreto para pessoas com deficiência; sobre o sistema eleitoral nos EUA; sobre a importância da educação cívica e a sua necessidade antes e depois das eleições; o papel da sociedade civil em fazer observação durante as eleições e de acompanhar as recomendações depois das eleições; invocar anomalias em futuras eleições; sobre o que os partidos políticos podem fazer para reforçar a legitimidade e credibilidade perante o eleitorado apático; sobre as pesquisas de opinião se realmente refletem a realidade e se a publicação de sondagens deve ser uma infracção ou não; sobre a possibilidade de criar um Tribunal Eleitoral especializado; sobre a possibilidade de implementar alguma forma de votação eletrónica;



DAS CONTRIBUIÇÕES DO FACILITADOR

2.1. Sobre como modificar a Constituição, a experiência mexicana, onde o partido no poder de longa data, tomou a iniciativa de limitar a sua capacidade de aprovar emendas constitucionais, como esforço de aumentar sua legitimidade.

Esse partido estabelece um máximo de 60% dos assentos que qualquer um dos partidos poderia ocupar na Câmara dos Deputados, exigindo assim que eles ganhem pelo menos algum apoio de outros partidos.



2.2. Sobre o sistema de eleição do PR, embora o voto único pudesse limitar a escolha dos eleitores, também têm vantagens da parte dos PP e Coligação de PP concorrentes, que é o facto dos líderes de partidos que perderam a eleição de PR, com apoio suficiente de eleitores, podem obter assentos na Assembleia Nacional e, assim, desempenharem um papel importante e constante nos principais debates políticos da nação.

2.3. Método D'Hondt – uma das opções para as séries de divisores utilizados para distribuir assentos nos sistemas de lista de Representação Proporcional que adotem o Método da média mais alta. Os votos de um partido ou grupo são divididos de forma sucessiva 1, 2, 3... à medida que os assentos são alocados. O Método D'Hondt é uma forma específica de representação proporcional e que, de fato, ha muito mais outras forma como o Método de média mais alta, Método de borda, Método de Droop, Método de Resto Maior, Método Imperiali.

2.4. Embora uma grande variedade de línguas locais e taxas elevadas de analfabetismo sejam de facto problemáticas para uma educação cívica eficaz, o PNUD e o Sistema das Nações Unidas têm uma vasta experiência no apoio à educação cívica nesses contextos e poderiam partilhar essas experiência como, por exemplo os programas de educação cívica da Costa Rica, nos EUA, no Canadá e em outros lugares ao o foco da educação e programas e incentivar crianças e jovens a se familiarizarem com as eleições e enfatizar a importância da participação.

2.5. Sobre as questões eleitorais é fundamental valorizar as oportunidade de negociar/compartilhar e ter uma discussão mais técnica - e não puramente política – sobre as soluções do problema. Deste modo, os mecanismos de diálogo directo e inclusivo entre os Actores Chaves Eleitorais é um bom mecanismo e oportunidade de reconciliação, e um sinal muito positivo de que existe objectivos superiores em comum enquanto líderes para Nação.

2.6. Um ex-juiz eleitoral brasileiro Torquato Jardim, escreveu numa publicação pelo Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral, a seguinte pergunta: "Se não permitimos que os contribuintes escrevam o código tributário e não permitimos que os criminosos

escrevam o código penal, por que permitimos que os políticos escrevem o código eleitoral? ". Conclusão: aquelas pessoas que tem a posição de escolher o sistema eleitoral devem ser pessoas eleitas para ocupar seus cargos legitimamente e exercer esse direito de representação de forma democrática e com fundamento na Constituição do País.

- 2.7. O livro *Consentimento do Perdedor*, afirma que os partidos e candidatos vencedores raramente encontrarão falhas no sistema sob o qual ganham uma eleição, e que é o engajamento dos perdedores que é crucial para a estabilidade democrática; Sob essa luz, o desenho da estrutura legal e institucional eleitoral deve ser um esforço colaborativo para aqueles que estão dispostos a aceitar suas perdas. Por exemplo, a experiência na Libéria nas eleições de 2005, em que um dos grupos de observadores classificou as eleições de 2005 como as mais transparentes da história do continente, porque os resultados foram primeiramente divulgados nas Mesas de Voto para os delegados de listas dos PP e Candidatos, observadores e meios de comunicação social, em seguida, quando todos os resultados já divulgados nas Mesas de Voto foram inseridos no sistema informático a nível do país no Centro de Escrutínio, os resultados foram novamente impressos e disponibilizados aos delegados de listas, observadores e órgãos de comunicação social. Neste contexto, a constatação dos resultados foi apresentado por um dos Candidatos perdedores com o argumento e a convicção de ter sido ungido por Deus para ganhar a eleição o que gerou umas risadas generalizadas de todos os candidatos, tendo sido um sinal positivo da atmosfera pós-eleitoral.



- 2.8. Sobre a participação da sociedade civil no México, as ONGs nacionais estão envolvidos na observação de eleições e fazem observação sobre a implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas e ratificada pelo México. As ONGs no México assumem e reconhecem que as suas ações no espaço da sociedade civil não era apenas seu direito, mas também sua responsabilidade manter o governo atento a inclusão e proteção de pessoas com deficiência e grupos minoritários ou especiais para eventualmente persuadir todos os partidos políticos do México a assinar uma declaração pública comprometendo-os a promover os direitos políticos das pessoas com deficiência e outras que merecem proteção especial;
- 2.9. Relativamente a melhor participação política das mulheres podem ser adoptadas Medidas Especiais Temporárias. Por exemplo, no Timor-Leste em 2001, durante as candidaturas e campanhas das eleições, tal medida foi que os partidos que cumprem uma quota voluntária tinham direito a maior espaço de campanha eleitoral na rádio e na TV, o tempo de antena para promover as mulheres candidatas e falando sobre questões de impacto directo as mulheres e ao género;

SOBRE ÓRGÃOS DE GESTÃO ELEITORAL

AS PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS PELOS PRESENTES FORAM:



- 3.1. O critério legal para indicar os comissários da CNE (proporcionalidade e partidos com assentos no parlamento) faz com que o partido maioritário controle as decisões da CNE e os Comissários indicados pelos partidos da oposição agem como fiscais e contra poderes dentro da CNE isso tem aumentado a desconfiança pública das decisões da CNE e tem causado problemas internos no plenário da CNE;
- 3.2. Os partidos políticos não tem nenhum outro espaço de diálogo eleitoral fora da CNE e do Parlamento, e nestes espaços o diálogo é de extrema desconfiança e falta de consensos como foi no debate e aprovação da lei do registo oficioso em 2016 e durante as eleições o facto dos Comissários da oposição na CNE terem vindo a público e realizarem uma conferência de imprensa de denúncia contra a CNE;
- 3.3. Os mandatos dos Comissários da CNE e a forma de composição dos seus membros de acordo a proporcionalidade no Parlamento não estão alinhados e os partidos da oposição reclamam o seu direito de indicar os seus membros na CNE como resultado das eleições de 2017;
- 3.4. As formas de financiamento dos programas de educação cívica eleitoral deve estar definido pelo executivo e garantir directamente esse financiamento às ONG nacionais com “critérios transparentes de acesso direito” para diminuir a dependência do apoio internacional e melhorar a inclusão e participação da sociedade civil e dos cidadãos responsáveis em período eleitoral;
- 3.5. A CNE é independente mas as suas decisões são controlados pelo Partido da situação, por isso há que se arranjar mecanismos para a CNE ser verdadeiramente independente até nas suas decisões;
- 3.6. O facto de não haver centros de escrutínios províncias separados do centro de escrutínios nacionais é contra a lei e garante concentração dos comandos de controlo centralizado de todas as operações eleitorais das 18 províncias em Luanda, isso tem promovido maior desconfiança e suspensão de fraudes eleitorais nos partidos políticos da oposição;
- 3.7. Temos uma sociedade em que muitos que se apresentam no espaço da sociedade civil são pró ou contra a situação, atuam como verdadeiros activistas políticos, neste cenário existem receios de que convidar membros da sociedade civil como membros da CNE venha garantir maior independência das suas decisões;

- 3.8. A permanência das Comissões Eleitorais Provinciais e Municipais fora do período eleitoral só tem impacto no orçamento de pagar salários, que é maior do que o orçamento do Parlamento, precisa-se repensar se vale a pena manter as Comissões Eleitorais Provinciais e Municipais fora do período eleitoral.
- 3.9. Porquê que a CNE não faz o registo eleitoral se é uma tarefa que faz parte da organização eleitoral? e por ser o Executivo a fazer os Partidos da oposição não tem quase informação nenhuma mas recebe e constata muitas reclamações, irregularidades que entendem ser prejudiciais e fraudulentas e quase nada podem fazer a não ser denunciar porque os mecanismos de fiscalização ficam dependentes, exclusivamente do MATRE e este órgãos do Executivo pouco comunica com os partidos políticos.

DAS CONTRIBUIÇÕES DO FACILITADOR

- 4.1. A questão relacionada com a participação em órgãos de gestão eleitoral, existem vários exemplos de modelos de órgãos independentes, contextualizado a realidades e desafios locais aos princípios da “independência credível”, como são os casos do Peru em que os Reitores das Faculdades de Direito estão incluídos como membros do órgãos eleitoral; no Haiti são os representantes de várias igrejas que estão incluídos como membros dos órgãos eleitorais; Na Libéria o Anexo 4 do Acordo Compreensivo de Paz, especifica que os membros da Comissão Nacional de Eleições seriam provenientes da sociedade civil. Nas eleições da Gana em 1992, quando o presidente Carter intermediou um acordo para substituir uma desacreditada comissão eleitoral de três membros por uma nova comissão de cinco membros, com dois membros nomeados pela oposição, dois nomeados pelo governo, e Presidente da República nomeou o Presidente do órgão eleitoral de uma lista de candidatos apresentada pela oposição e foi escolhido um diplomata sênior que estava intimamente identificado com o partido do governo, mas era visto por todos com probidade pública. República da Geórgia em 2002 o Presidente do órgão eleitoral foi um astrofísico - não porque soubesse qualquer coisa sobre administração eleitoral, mas porque gozava de elevada probidade pública. Deverá haver um espaço de diálogo e consensos políticos-eleitoral como é o caso do Comité Consultivo Interpartidário de Gana e que pode ter reuniões informais regulares ou informais de Líderes de partidos ou Candidatos eleitorais;
- 4.2. Deve se valorizar a oportunidade de compartilhar e ter uma discussão mais técnica - e não puramente política - de suas preocupações eleitorais. O diálogo é um bom mecanismo e oportunidade de reconciliação, e um sinal muito positivo de que um objetivo significativo comum.



Luis Jimbo, Co-facilitador (Director Executivo do IASED e Coordenador do OBEA – Observatório Eleitoral Angolano)

- 4.3. Dos diversos modelos independentes de órgãos de gestão eleitoral, no Brasil é o Tribunal Eleitoral Federal (Nacional) que estabelece as regras e procedimentos para todas as eleições no país, e os Tribunais Eleitorais Estaduais (Províncias) e os Juizes Locais (Municípios) que administram as eleições locais; no Canadá, é apenas o Elections Canadá que administra eleições federais (Nacional), enquanto os Escritórios Eleitorais Provinciais lidam com eleições Provinciais e Locais; na Jordânia, a Comissão Eleitoral Independente (CEI) trata das eleições nacionais, enquanto o Ministério do Interior administra as eleições locais sob a supervisão do CEI.
- 4.4. Em Angola realçamos que embora o envolvimento da CNE em discussões sobre assuntos diretamente relacionados à administração eleitoral seja vital, é muito menos nas questões mais políticas que podem ter um impacto tangencial a CNE, porque essas questões não estão diretamente relacionadas à administração eleitoral. Tribunais eleitorais especializados são comuns na América Latina e geralmente são pensados para fornecer melhores decisões e mais rápidas sobre questões que são, por vezes, de natureza bastante técnica. Um Tribunal assim em Angola poderia ajudar a reforçar a confiança no processo eleitoral.
- 4.5. À luz das preocupações de permanência e os custos com o pessoal dos Órgãos Eleitorais, mencionado o caso da Costa Rica, o Tribunal Eleitoral (órgão que organiza as eleições) aumenta para cinco membros durante períodos eleitorais e diminui para três membros em períodos não eleitorais.
- 4.6. Revela-se útil promover discussões sobre a possibilidade de separar claramente a função legislativa / de supervisão exercida pelo Deliberativo de Comissários da CNE e das funções executivas da CNE/ operacionais exercidas pelo pessoal de Direcção e Quadro da CNE. É possível que a insatisfação com a CNE diminua se essa separação for colocada em prática e um pessoal verdadeiramente profissional reporta a um único “Director-Geral” que por sua vez reporta ao Deliberativo de Comissários da CNE, removendo assim os Comissários de qualquer envolvimento directo no trabalho executivo e operacional da CNE durante as eleições.
- 4.7. O pessoal executivo da CNE (de Direcção e Quadro) é importante para implementar rigorosos padrões de treinamento e requisitos para a entrada e promoção dentro do quadro de profissionais de um Órgão e Gestão Eleitoral profissional e independente, como por exemplo os cursos oferecidos pelo BRIDGE, que já é implementado em Angola pelo UNDP em cooperação com a CNE e o IASED.
- 4.8. Importante destacar a importância de envolver outras populações tradicionalmente marginalizadas em diálogos de alto nível como os interessados (Actores Eleitorais).



DAS CONTRIBUIÇÕES DO REPRESENTANTE DO MATRE

5.1. As primeiras eleições municipais na história de Angola serão realizadas em 2020. Existem 164 municípios no país, e o processo de introdução de eleições municipais será gradual (um princípio consagrado na Constituição) e decisão sobre quais municípios terão eleições em 2020 será tomada pela Assembleia Nacional. Porém, de acordo com o Plano Estratégico do MATRE, nem todos os 164 terão eleições em 2020 mas a Lei do Registo Oficioso consagra o princípio da universalidade, assim sendo, o registo de eleitores será universal, não gradual, ou seja, o registo eleitor deve acontecer nos 164 municípios, em todo território nacional;



Fernando Paixão Manuel (Director Nacional/MATRE) e Fátima Ferreira, (Técnica da Direcção/MATRE)

5.2. De acordo a lei do registo eleitoral oficioso é da responsabilidade do Executivo promover o registo eleitoral. As actuais dados estatísticos indicam que é elevado o índice de população angolana que residem em áreas rurais que não têm BI, e os dados da base do registo eleitoral tem registado eleitores sem BI pela via da prova testemunhal feita por declarações de testemunhas de autoridades reconhecidas, incluindo oficiais da igreja, autoridades tradicionais, em vez de documentos de identidade civil. Desta forma, o Executivo está a prever promover o registo civil (BI) dos cidadãos que possuem o Cartão de Eleitor registado pela via da prova testemunhal e assim eliminar e acabar com o registo pela via da prova testemunhal dentro do sistema de registo eleitoral oficioso;

5.3. O Executivo através das administrações municipais emitirá o Cartão do Múncipe / Cartão de Residência, cujo conceito é estabelecer um único documento que possa vincular registos fiscais, registos civil, registo de eleitores e outros elementos de identificação individual do munícipe. A Entidade emissora a nível local será o Balcão Único de Atendimento ao Público (BUAP). Neste processo se propõe que as Comissão de Moradores, cuja lei está a ser regulamentada, e as Comissões estão a ser criadas e organizadas, terão o papel de emitir declaração de residência ao morador.



The screenshot shows the official website of the Government of Angola (governo.gov.ao). The main headline is "Executivo institucionaliza balcões de atendimento público" (Executive institutionalizes public service counters). The article text states: "O Executivo angolano inicia, a partir de Agosto deste ano, a implementação de 596 Balcões Únicos de Atendimento ao Público (BUAP) em todo país com o objectivo de prestar melhor serviço ao âmbito do registo eleitoral oficioso." Below the headline, there is a sub-section titled "Portal do Cidadão" with the tagline "Ao seu alcance a todo momento." and another section mentioning a new model for public service delivery.

SOBRE PLANIFICAÇÃO ESTRATÉGICA ELEITORAL

(Análise de Forças, Oportunidades Fraquezas e Ameaças (FOFA) para promover maior transparência, credibilidade e inclusão dos Actores Chaves nos processos eleitoral angolanos



Augusto Bafuabafua, (Activista - Luanda), Renato Raimundo (ASD – Huila), José Patrocínio (OMUNGA – Benguela), Agostinho Sicato (CDEA – Luanda)

FOFA - ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL ANGOLANAS

Forças	Oportunidades
<ol style="list-style-type: none"> 1. Tem capacidade de mobilização de ativistas locais; 2. Tem conhecimento e experiencia nas actividades comunitárias de educação cívica; 3. Tem grupos alvos identificado por faixa etária, género e espaço geográfico; 4. Tem sistemas de comunicação e de coordenação através de redes e plataformas a nível municipal, provincial e nacional; 5. Tem experiencia de conduzir missões eleitoral (2008 e 2017) e produzir relatórios de observação e de educação cívica eleitoral 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Existe abertura para espaços de dialogo entre as OSC com a CNE e com o Governo; 2. Existe um quadro legal eleitoral que engaja as OSC na educação cívica e na observação eleitoral; 3. Há proclamação das eleições gerais periódicas e das eleições autárquicas para 2020; 4. Há um ambiente social no contexto da necessidade de promover a reconciliação e do estado democrático e de direito; 5. Esta haver mais abertura e atenção da mídia publica em dar voz as OSC.
Fraquezas	Ameaças
<ol style="list-style-type: none"> 1. Tem dificuldades de mobilizar recursos financeiros e de financiamentos; 2. Tem deficiência na capacidade organizacional sustentável; 3. Dependem exclusivamente da CNE e do Governo para ter disponível material de educação cívica eleitoral; 4. Os activistas tem pouca motivação e incentivos para o serviço voluntário; 5. Os activistas e observadores tem violado do Código de Conduta Eleitoral; 6. Os activistas precisam de mais conhecimento e capacidades sobre educação cívica e informação eleitoral 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Em período de eleições é difícil o processo de acreditação dos observadores nacionais; 2. Os prazos, planos, tarefas e programas de educação cívica são sempre imediatos realizados em períodos eleitorais; 3. Existe pouca disponibilidade e acesso do material de educação cívica e informação eleitoral; 4. O espaço e os activistas das actividade cívica são confundido os activistas políticos partidários durante os períodos eleitorais

SOBRE PLANIFICAÇÃO ESTRATÉGICA ELEITORAL

(Análise de Forças, Oportunidades Fraquezas e Ameaças (FOFA) para promover maior transparência, credibilidade e inclusão dos Actores Chaves nos processos eleitoral angolanos)



Soares A. Francisco (PADD) Manuel Fernandes (Pres. PALMA/CSA-CE), Elsa Barber (Directora/MPLA)

FOFA - PARTIDOS POLÍTICOS

Forças	Oportunidades
<ol style="list-style-type: none"> 1. Estão representados em todos os municípios e províncias do País; 2. Conhecem e participaram em todos os processos históricos das eleições; 3. Tem equipas de pessoal com capacidade de multiplicação formativa; 4. Tem órgãos e instrumentos internos de monitoria e avaliação 5. Em mecanismos internos de gestão de conflitos; 6. Estão focalizados na visão de alcançar ou manutenção do poder político; 7. Realizam permanente actividades de mobilização partidária. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Impacto das redes sociais para passar a mensagem política; 2. Contexto de abertura na luta contra a corrupção (estendida a eleições); 3. O contexto de debate publico sobre a revisão constitucional, sobre a lei das eleições gerais, e sobre o pacote eleitoral autárquico; 4. O contexto da institucionalização do novo sistema de actualização do eleitoral e do registo único do cidadão municipal pelo MATRE; 5. A inclusão e inovação do quadro de pessoal com mais oportunidade aos jovens; 6. Mensagens dos líderes aos membros e simpatizantes de apelo ao dialogo e a disciplina partidária; 7. A composição do Corpo deliberativo da CNE que integra todas as forças partidárias com assentos no Parlamento.
Fraquezas	Ameaças
<ol style="list-style-type: none"> 1. Mobilizadores e activistas políticos de base como deficiente domínio da lei eleitorais e dos direitos e deveres políticos; 2. Díficil acesso da legislação eleitoral em línguas local; 3. Deficiência nas capacidades dos delegados apresentarem reclamações nas mesas de voto como parte do contencioso eleitoral; 4. Fracos espaços de diálogos com outras forças políticas e com grupos minoritários; 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ambiente de culpabilização e desconfiança as instituições; 2. Dificuldade de acesso de mobilidade as comunidades; 3. Ambiente de descredito dos partidos políticos perante o cidadão; 4. O sentimento de medo e ameaças dos cidadãos; 5. O crescimento da abstenção eleitoral; 6. Actual sistema do contencioso eleitoral para disputa eleitoral; 7. Ambiente de fragmentação das OSC e autoridades tradicionais

Síntese dos Workshops

<p>5. Escassez de recursos financeiros provenientes do Orçamento Geral do Estado e das quotas dos membros do Partido.</p>	<p>operando com finalidade de activista partidário na situação ou na oposição;</p> <p>8. Reclamações de violação da lei eleitoral;</p> <p>9. Reclamações e vícios do actual base actualizada desde de 2008 do recenseamento eleitoral;</p> <p>10. O ambiente de informações e desinformação político partidárias sobre factos importantes de construção da nação angolana;</p>
---	--

SOBRE PLANIFICAÇÃO ESTRATÉGICA ELEITORAL

(Análise de Forças, Oportunidades Fraquezas e Ameaças (FOFA) para promover maior transparência, credibilidade e inclusão dos Actores Chaves nos processos eleitoral angolanos



Vitorino Nhany (Vice Presidente da 4ª Comissão da AN) Yolanda de Sousa (Deputada Repres. Grupo Parlamentar do MPLA)

FOFA - ÓRGÃO LEGISLADORES E EXECUTIVO

Forças	Oportunidades
<p>1. De acordo a Constituição da República de Angola (CRA) só o Governo e o Parlamento têm competência para legislar sobre eleições</p> <p>2. O parlamento esta representado por diferentes Partidos Políticos e Coligação de Partidos Políticos;</p> <p>3. O Parlamento tem comissões de especialistas e grupos parlamentares de partidos assim como grupo de mulheres parlamentares;</p> <p>4. Existe uma base de dados dos eleitores actual com base nos dados civis dos cidadãos nacionais maiores de 18 anos;</p> <p>5. O recenseamento dos eleitores usa tecnologia digital inovadora com brigadistas de registo eleitoral fixo e móvel;</p>	<p>1. O interesse dos Partidos Políticos e da OSC de fiscalizar e observar o processo eleitoral;</p> <p>2. A existência de um plano de Governação do partido na situação (PDN 2018-22) saído das eleições gerais de 2017 sufragado pelo povo;</p> <p>3. O plano de enquadramento dos brigadistas de registo eleitoral) treinados que trabalham como brigadista integrarem o quadro de pessoal permanente a nível da administração local;</p> <p>4. Existência de infraestruturas administrativas em todos os municípios para atender os serviços de registo civil;</p> <p>5. O plano do Governo para Balcão Único do Cidadãos que vai emitir o cartão único do cidadão incluindo os dados do credenciamento eleitoral;</p> <p>6. O plano do Governo para emitir o BI a partir dos dados do Cartão de Eleitor daqueles cidadãos sem o BI.</p>

Síntese dos Workshops

Fraquezas	Ameaças
1. Os tempos de treinamentos dos agentes para actualização do registo é curto;	1. Fracos mecanismos de fiscalização e controlos das leis eleitorais;
2. Há uma grande extensão de fronteira do País ainda vulnerável migração estrangeira;	2. A ideia generalizada na população de que o deputado não trabalha só levanta a mão no parlamento;
3. Franco consenso resultante de negociações entre partidos políticos no debate da aprovação das leis eleitorais;	3. A saída de brigadistas de registo eleitoral capacitados pelo MATRE sobre sistemas de redes que aterem ao sector privado como a banca e outras empresas de telecomunicação;
4. A prova testemunhal no registo eleitoral por via das autoridades tradicionais de pessoas sem dados civis;	4. O contexto de apatia eleitoral dos cidadãos
5. Deficiente serviços de registo e de identificação dos cidadãos a nível nacional;	

SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO WORKSHOP E OS PARTICIPANTES

AVALIAÇÃO DO WORKSHOP PELOS PARTICIPANTES

1. O workshop teve uma boa presença e participação de todos actores relevantes bem como todos participantes tiveram disponibilidade e sem constrangimentos das matérias (Manuais de recursos bibliográfico e capas distribuídos aos participantes) ;
2. Há necessidade de se documentar as conclusões e recomendações de cada Workshop e distribuir aos participantes como followup;
3. Há uma abertura do dialogo durante o Workshop;
4. Há necessidade de aumentar a participação dos representantes das outras Províncias representantes das OSC;
5. O workshop teve uma boa cobertura da comunicação social de forma positiva e construtiva que deu impacto na opinião publica sobre as reformas eleitorais em Angola;
6. O workshop permitiu o MATRE (Governo) apresentar lições aprendidas durante as eleições de 2017 sobre a organização do registo eleitoral;



O IASED tem como princípios o *Profissionalismo* e a *Paixão*, isso significa: "asseguramos de forma responsável os padrões técnico-profissional e com fundamento científico na execução de todas nossas tarefas; e sentimo-nos agradecidos por celebrarmos um compromisso com a promoção da democracia, da justiça e da cidadania em Angola" (www.iased-angola.org)

Síntese dos Workshops

7. Através deste workshop a SC (IASED, OBEA) reconheceu-se que OSC podem juntar os principais actores políticos que contestam as eleições (MPLA, UNITA, CASA-CE) assim como os Deputados e o Governo;
8. Durante o Workshop notou-se a ausência dos membros da Comissão Nacional Eleitoral e reconheceu-se que devia estar presente;
9. O método de diálogo durante o workshop foi aberto, positivo e de construção de consensos;
10. O workshop permitiu destacar outras boas praticas e experiencias internacionais através do Facilitador Ray Kennedy;
11. Reconheceu-se que o OBEA demonstrou ter uma abordagem inclusiva e aberta entres as OSC nacional;
12. Reconheceram que o Workshop tinha como objectivo levantar questões (o que precisa melhor saída das eleições gerais de 2017?)
13. Reconheceram que abordagem do dialogo foi focalizada e profissional pelo que se exige maior profissionalização da actuação dos principais actores eleitorais, especialmente, os Órgão de Gestão Eleitoral;
14. Reconheceu-se que o workshop permitiu reflectir na oportunidade de inclusão dos grupos minoritários e dos excluídos nos processos eleitorais.

Luanda aos 12 de Abril de 2019.

*Os Participantes
(Lista em Anexo)*

